

Entrevista com o Prof. Doutor António de Oliveira*

Decorrendo a jubilação académica do Prof. Doutor António de Oliveira no corrente ano de 2001, procurámos ouvir o seu testemunho em torno de questões como as do ensino e do fazer da História na academia coimbrã desde que a ela acedeu, como aluno e como Mestre, bem como sobre alguns outros problemas candentes da historiografia portuguesa de hoje. Procurámos o Historiador em contexto de balanço e de recordação; encontramos não somente o Investigador, como sobremodo o Mestre, o Pedagogo apaixonado pelo ensino da História e o Cidadão preocupado com os problemas das mundividências do passado e do presente...

– *Como nasceu a sua vocação de historiador? Como optou pelo ofício de historiador? O meio familiar, o meio histórico-cultural em que cresceu, outras razões?*

AO: A vida adulta é a realização de um sonho de infância. Tive muitos sonhos, como todos os jovens, mas acabei por enveredar pela História por circunstâncias de vida e de gosto. Devo ao meu primeiro professor da disciplina de História, o Dr. Flausino Torres, o despertar do amor pela História e Literatura. Foi na sua grande e diversificada biblioteca, que me foi

* Entrevista conduzida por Saul António Gomes, no dia 31 de Janeiro de 2001.

franqueada de coração aberto, como os professores sabem fazer quando pressentem que vale a pena investir, que imaginei e despertei. Mas antes, comecei por ter boas ou razoáveis notas a História. O Dr. Flausino Torres, Mestre, amigo e orientador sem nunca impor nada, soube fazer florir a irreverência que então parecia ser simpática. Com gratidão relembro aqui a sua convivência, estímulo e apoio através de um magistério muito característico, então sob vigilância política. Apoio que continuei a receber mesmo quando já frequentava a Universidade e me havia tornado autónomo em relação ao orçamento da casa paterna.

– Como se afirmou o seu gosto pela História, em geral, e pela História Moderna em particular?

AO: Sempre tive gosto pela História e sempre possuí um forte espírito crítico e de indagação, o qual poderia ter feito de mim um bom detective ou um bom advogado. O que também servia para fazer História, tal como então se praticava. Esta atitude exerci-a como aluno, logo numa das primeiras aulas de História de Portugal, a propósito de um texto que foi distribuído. Lembro-me, igualmente, de no exame escrito de História dos Descobrimentos ter saído apenas uma questão, a desenvolver em quatro páginas, sobre a intencionalidade da descoberta do Brasil. Gastei a primeira a reproduzir o manual e as restantes «inventei», questionando os textos-base, o que me valeu uma nota relativamente alta. E o mesmo ocorreu em História Moderna, por mais que custe a acreditar, em virtude dos mitos que corriam entre os estudantes acerca do titular da cadeira. Com estes impulsos, a inclinação para a História Moderna estava a surgir, embora, diga-se a verdade, a História Contemporânea ainda não existia.

– Isso foi nos anos de 1950?

AO: Sim, sim. Havia no ensino da História e da Filosofia desse tempo um espírito de diálogo e de questionação e isso era incentivado por parte

dos Mestres da casa em relação aos alunos, ainda que variasse consoante as pessoas e as personalidades dos docentes. E, certamente, dos discentes. Nos corredores da Faculdade, ainda transitáveis, fiz as primeiras caminhadas «científicas» com um ou outro docente. É preciso recordar que cursei uma boa parte das cadeiras como aluno voluntário, o que obrigava sempre a fazer prova oral e a relacionar-me com os professores.

– Que Mestres recorda, na Faculdade de Letras de Coimbra, ou noutros lugares, que o possam ter influenciado ou marcado cientificamente?

AO: Tive a grande sorte de ter encontrado Mestres amigos como os Doutores Lopes de Almeida, Salvador Dias Arnaut e Torquato de Sousa Soares. No campo da Filosofia recordo os nomes dos Doutores Sílvio Lima, Joaquim de Carvalho e Miranda Barbosa. Lembro estes porque lidei de perto com eles. Refiro-me, obviamente, à parte escolar, enquanto ainda estudante. Inicialmente estive quase a ir parar à História do Brasil, pela mão do Doutor Joaquim de Carvalho, algum tempo antes de nos deixar. Foi através da sua biblioteca que tomei conhecimento com os autores brasileiros seus amados. Então e hoje, como sempre, os professores influenciam muito...

- Que influências recebeu nesse tempo de formação? Como contactou com as novas tendências historiográficas europeias do tempo, mormente a historiografia francesa?

AO: O tema da minha tese de licenciatura, que me foi dado pelo Doutor Manuel Lopes de Almeida, intitulava-se «A Mundividência Heróica de João de Barros». Comecei por isso, na parte final do curso, a orientar-me mais para certas questões de ordem cultural. E só não enveredei pela cultura porque não tive quem me apoiasse nessas matérias.

Após a prova de licenciatura fui convidado para assistente, lugar que ocupei depois de cumprir primeiro um contrato de trabalho que anteriormente havia firmado com um colégio.

Como assistente, leccionei antiguidades clássicas e outras, nomeadamente História da Civilização Romana, a quem fiquei a dever muito da minha formação «moderna». Decidi-me então a trabalhar na Idade Moderna, onde havia iniciado a dissertação de licenciatura. A questão da escolha do tema da dissertação de doutoramento coloquei-a a mim próprio, desde cedo. Estávamos no ano lectivo de 1960/61, altura em que a guerra colonial eclode. Ingenuamente (por influência da história social romana?) resolvi estudar os aspectos sociais da escravatura em Portugal. Não tive ninguém que me apoiasse em semelhante tema. Andei durante um ano inteiro, no entanto, a percorrer arquivos, tanto aqui como no estrangeiro.

Nesse percurso, logo no primeiro ano de assistente, fui frequentar um curso de verão ou de pós graduação em Tours. Passei depois pela Sorbonne e pela Biblioteca Nacional de Paris. Aqui, ao consultar os ficheiros das teses de doutoramento, encontrei a ficha relativa a *Bauvais et le Bauvaisis de 1600 à 1730*, de Pierre Goubert, com referências muito elogiosas. Foram estas anotações que me levaram até a esta obra, a qual adquiri pouco depois, entretanto publicada (1960). Como era inoportuno o estudo social dos escravos, e sem possibilidade de patrocínio, abandonei o primitivo projecto e principiei a ler, entusiasmado, Pierre Goubert. Comecei então a interessar-me por essa nova história de carácter económico e social, com muita demografia histórica pelo meio, acabada de nascer. Assinei então algumas revistas francesas e inglesas de vanguarda, assinaturas que ainda conservo, sendo de uma delas o sócio de Portugal mais antigo. Jean Delumeau, por sua vez, sugeriu-me o título e os arquivos de Coimbra e outros sustentaram uma vida económica e social de 1537 a 1640, num tempo em que fui «proibido» de usar adjectivos qualificativos, incompatíveis com o discurso científico. Ao ganhar uma analítica substantiva perdi um passado de tendência literária que só após o 25 de Abril comecei a recuperar na escrita da história.

– Num momento em que se afirma um marco maior na vida de um docente universitário, como é a Jubilação, que balanço lhe merece tantos anos de prática docente? Que evoluções pressentidas nas várias gerações de alunos que conheceu? O que lhe deu mais gosto: ensinar e/ou investigar, o fazer diário de uma ciência como a História, entre ensino, tarefas administrativas e outras solicitações do meio cultural nacional e internacional?

AO: Vim para a Universidade com uma larga experiência de docência. Tenho, assim, quase meio século de ensino, contado desde o momento em que comecei a ser funcionário público. Fora da Universidade e dentro da Universidade não há nada que se compare aos alunos, à sua juventude, ao gosto por fazer coisas e, sobretudo, pela sua generosidade. Julgo que é esse contacto diário com os alunos que nos incita e dá força para trabalhar.

O ensino universitário não pode estar dissociado da investigação. Aqui, em Coimbra, nunca estive. Lembro-me que tendo eu começado a dar aulas de História Moderna de Portugal em 1972, logo depois de fazer o doutoramento, tive de proceder a uma investigação quase de raiz para as matérias que ensinava, não existindo então as múltiplas Histórias de Portugal que se bem conhecem. E assim continuei, incorporando nas aulas o que ia investigando, qualquer que fosse a matéria. Tenho muito gosto pela investigação, mas não há nada como conviver com os alunos. São eles, pelas dificuldades que nos põem, que muitas vezes nos acicatam a investigar. Realizei também algumas tarefas administrativas, mas só tenho gosto pelas que projectam o futuro e não pelas de gestão do presente.

– Mas há diferenças na sensibilidade dos alunos de ontem e de hoje face ao aprender a fazer História, na sua maturidade intelectual. A evolução dos alunos tem sido positiva ou, pelo contrário, revela-se crítica?

AO: Nos últimos anos, tenho tido o privilégio de me serem atribuídas turmas de avaliação contínua. Os alunos que escolhem estas turmas são,

normalmente, excelentes e desejosos de aprenderem o ofício de historiador.

– *São dedicados?*

AO: São dedicados, são interessados e trabalhadores. Não sei se podem constituir exemplo para todos os outros, mas estes, indubitavelmente, são muito bons alunos, muito interessados, muito aplicados e é um gosto trabalhar com eles. Anteriormente, quando tinha turmas muito grandes, as notas, naturalmente, poderiam ter sido mais baixas. Mas eu julgo que a juventude é sempre a mesma. É uma juventude irreverente, como lhe compete, mas é uma juventude altruísta, interessada e disposta a trabalhar. Se conseguirmos obter a aceitação dos alunos, os jovens revelam-se um encanto.

Em termos de grandes turmas, nunca encontrei alunos tão interessados e repletos de utopias motivadoras, imaginando e trabalhando afincadamente, como os que se seguiram aos primeiros anos da Revolução de Abril. No estudo, como em qualquer trabalho, é fundamental a motivação e não há melhor motivo do que a busca do sonho arrebatador. E sonhar é o que melhor sabem fazer os jovens. Com muito bom senso, se os adultos ajudarem.

– *Existem valores morais no fazer da História? O historiador representa-se a si e aos seus valores no que escreve ou escreve uma “história / interpretação fria” do passado? Que princípios aconselharia a um promissor jovem historiador?*

AO: Ultimamente tem-se dito, e com verdade, que a História é sempre autobiográfica. Isto quer dizer que, pela escolha da problemática, pela interpretação e orientação que damos aos temas, naturalmente que estamos a conduzir-nos de acordo com uma concepção da vida e do mundo. Isto não quer dizer que a tão falada objectividade não seja procurada. E é.

Mas, naturalmente, a condução da temática é imposta pelas vivências do presente. Repito, na escolha dos temas e no encaminhamento desses temas. A questão metodológica é outra. Porque há uma questão de fundo que é sempre a mesma, qualquer que seja o tipo de História que se faça. Aos jovens direi apenas que vivam e sintam a história. Sem amor, nada se faz.

— *Em Portugal, como também no estrangeiro, é corrente falar-se da “Escola de Coimbra”. Considera existir, de facto, uma “escola historiográfica de Coimbra”? Caso afirmativo, como a entende, sente e/ou representa? Hoje falaremos de uma “escola” unificada mas com tendências e especializações ou, antes, de “escolas”?*

AO: Eu não gosto muito da expressão “Escola de Coimbra”, embora a possa aceitar com alguns esclarecimentos. No sentido mais genérico, como sabe, escola tem a ideia de seguimento, de se seguir alguma coisa ou alguém. E, nesse aspecto, há efectivamente uma escola. Mas teria de fazer duas observações. Eu creio que a “Escola de Coimbra”, pelo menos quando, às vezes, a ouço, representa, por um lado, um sector, que é exactamente o daquelas disciplinas que o senhor Doutor mais professa¹, nomeadamente a Paleografia. Creio que, aí, há uma escola, um seguimento. Naturalmente que me estou a recordar do Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa. Também é verdade que o Doutor Avelino de Jesus da Costa começou a difundir, não sei com que originalidade, mas começou a difundir, essas normas de transcrição, especialmente numa época em que havia outros professores que faziam exactamente o contrário. Estou a recordar-me do Doutor Lopes de Almeida, no que diz respeito à História Moderna, e, sobretudo, do Doutor Mário Brandão que, como sabe, publicou transcrições documentais que, por vezes, são mais difíceis de ler na página im-

¹ Referência a disciplinas ministradas no âmbito do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra.

pressa do que no texto original. Mas este processo, naturalmente, tem as suas razões e tem as suas explicações e é, neste sentido, que eu digo que, talvez, haja uma “Escola de Coimbra”, ou melhor, um modo de fazer história próprio de Coimbra. E esse modo é, exactamente, o que reflectia essa transcrição de documentos. É a tentativa de copiar exactamente o documento, de o transcrever, de tentar a objectividade. Mas esse rigor e essa objectividade têm uma raiz com mais de um século de existência, vindo mesmo de antes da Faculdade de Letras, que, como sabe, é mais recente.

Eu suponho que podemos ir buscar essa raiz aos finais do século XIX, de que, em Coimbra, uma obra paradigmática é a obra sobre a Rainha Santa, do Doutor António de Vasconcelos, um teólogo. Mas essa obra tem já, creio eu, por referência modelos historiográficos e metodológicos que não estavam, então, ainda publicitados em França – o Manual de V. Langlois e C. Seignobis é um pouco posterior (1898) – mas, suponho, que seriam já praticados na Alemanha. Eles irão influenciar toda a historiografia de Coimbra. E vão influenciá-la por uma razão muito simples. É que, de certo modo, a criação da Faculdade de Letras deve-se, em boa parte, ao Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

Por outro lado, a História e a criação do Grupo de História, do funcionamento deste Grupo, deve-se exactamente a ele e a outros grandes Mestres que passaram aqui por esta casa. O que se veio a chamar positivismo representa rigor, representa profundidade. E é esse rigor, essa profundidade e essa capacidade analítica que se manteve até hoje. Se me disserem que isso representa a “Escola de Coimbra”, eu estou de acordo, porque tanto nos trabalhos realizados em Coimbra, e não apenas nas teses de doutoramento, como até, propriamente, nas argumentações de provas académicas, tanto em Coimbra como fora de Coimbra, eu suponho que se reflecte um modo de trabalhar que é extensivo a todo o Grupo. Nesse aspecto, se quisermos, pode-se falar de uma “Escola de Coimbra”. Só que eu não aceitaria o termo “Escola de Coimbra” sem mais, porque o rigor analítico e metodológico deve ser extensivo a toda a ciência e não apenas, naturalmente, ao caso de Coimbra.

– Que década ou momento marcou mais uma renovação ou uma crise neste «claustro» de historiadores? Os anos anteriores a 1970, esta década revolucionária, ou somente depois dos anos 80?

AO: A grande renovação é, obviamente, a que veio depois do 25 de Abril. Devo dizer que antes desses anos, especialmente antes dos anos 80, já se tinha tentado a actualização e o aperfeiçoamento. É preciso recordar que desde os anos 60 que a Faculdade começou a renovar-se com gente nova. Começaram a entrar, então, assistentes e, esses assistentes, pertencem já a uma escola nova, a uma geração nova, além de que estavam perfeitamente actualizados com aquilo que se ensinava no estrangeiro, onde alguns se especializaram. Nessa altura, como hoje, os nossos trabalhos podem ser perfeitamente comparáveis com os de qualquer outra Universidade de qualquer parte do mundo. Por isso, não há nenhuma diminuição e, pelo contrário, há uma renovação então iniciada. É evidente que havia limitações. Ninguém pensaria estudar, então, a História Contemporânea e, naturalmente, estudar a história económica, aqui em Coimbra, era uma ousadia, dada a conotação política que implicava. Eu tive de dar uma determinada volta para estudar a história económica, o que passou sem quaisquer problemas. Mas fora essas limitações, mais de natureza ideológica e política, não havia entraves nenhuns. Naturalmente que, com a Revolução, tudo se modificou. Durante uns anos, durante três ou quatro anos, ainda prevaleceu a história económica e social que estávamos a tentar desenvolver anteriormente. Os trabalhos que foram publicados, mesmo em teses, encontram-se aí e são paradigmas do que se elaborava. São, porém, sobretudo as novas tendências ligadas ao poder com raízes sociais, ao simbólico e àquilo a que depois se chamou “as mentalidades” que vão transformar todo o campo historiográfico. Mas mantendo, como dizia, esse rigor antigo que é característico do fazer da História em Coimbra.

– A história entende-se, ou deve entender-se, também como exercício de cidadania? E, se sim, não há o perigo dessa ciência, tornando-

-se facto social quotidiano projectado essencialmente pelos grandes meios de comunicação ou mass media contemporâneos, levar à tentativa do poder? Não estará aqui, de algum modo, a constatação de uma inegável importância adquirida, nos últimos lustros, pela História Contemporânea, diluída tantas vezes nos outros discursos científicos (os sociólogos, os antropólogos, os politólogos, os psicólogos, os jornalistas, etc., escrevem, frequentemente, mais sobre história do que sobre temas do seu saber específico), como moda imperante e como história por excelência que interessa às grandes audiências ?

AO: No meu tempo de estudante e mesmo de assistente não se estudava muito a História Contemporânea. É evidente que não se estudava muito porque isso tinha a haver, entre outras razões, com aquela ideia de que é preciso um certo distanciamento para termos a celebrada objectividade, o que continua a ser verdade, dado que o presente só tem dimensão no futuro. Por outro lado, todos conheciam o perigo que corriam os historiadores do seu tempo. Estudávamos os séculos XVI e XVII e sabíamos exactamente qual o perigo que existia. Tínhamos exemplos anteriores e todos conhecíamos, a partir de colegas do corpo docente, o que implicava tratar de assuntos do seu tempo. Portanto, uma forma de afastar esse estado de coisas seria a de não pensar na História Contemporânea, nomeadamente a coeva, a qual estava a cargo de militantes, de um e de outro lado.

A Revolução trouxe a vida contemporânea para junto de nós. A História foi sempre, quer queiramos quer não, uma atitude pragmática. Esta ideia não vem apenas dos clássicos, é também de hoje. Procura-se no conhecimento do passado, onde mergulha a raiz da identidade, entender o presente. Portanto, é esse entendimento do presente e, eventualmente e sobretudo a construção do futuro que leva hoje a um grande apogeu da História Contemporânea. Os novos leitores de história, por seu turno, são em maior número e, por isso, verifica-se a existência de uma produção historiográfica adequada a esses novos leitores. Há, por outro lado, uma série de obras de síntese entretanto escritas, e ainda bem que o foram.

Antigamente ninguém se abalçava, dentro da Universidade, a escrever obras de síntese, se bem que me recordo muito bem das aulas do Doutor Joaquim de Carvalho ao ensinar-nos que havia duas maneiras de fazer ciência, sendo uma delas precisamente a simplificação do saber.

O perigo que a história hoje corre é simplesmente o de desaparecer como disciplina autónoma, se os historiadores não tiverem força para se imporem perante a Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Literatura, Jornalismo... Volta a estar em voga a história do nosso tempo, a história imediata, a do acontecimento, a qual já não é a minha história. Mas ninguém pense, por exemplo, fazer a história da descolonização portuguesa antes de passada pelo menos a geração que sucedeu aos principais protagonistas. Até lá, as narrativas do «claramente visto», as profecias apocalípticas, os romances de guerra (a qual pode dar origem a verdadeiras memórias) ou as doridas feridas de todas as setas, as de Marte, de Cúpido ou de Prometeu agrilhado. Mas não será também tudo isto história? Que se acautelem os historiadores, pelo menos os do futuro, não os que estudam o passado. O historiador é um cidadão e, como tal, tem o dever de exercer a cidadania. Mas talvez fora melhor deixar a outras disciplinas o conhecimento do presente. Clio, diz a mitologia, era filha de Zeus e de Mnemosina, a de duas caras, a do passado e do futuro. O presente é já um passado, mesmo o do acontecimento jornalístico, embora ainda muito quente.

– *A História de Portugal continua com períodos menos estudados. Os séculos modernos, excepção feita aos temas em torno dos Descobrimentos e da Expansão, eventualmente, ainda, no campo das historiografias da arte, encontram-se nessa situação. Que progressos ou impasses se verificam na historiografia portuguesa sobre este ponto? Tem havido “modas” no fazer da História Moderna, como, por exemplo, o “tempo e temática da Inquisição”, o espaço do rural e do económico em decadência face aos novos gostos pelo ideológico e pelo cultural? Qual o sentido do regresso do político neste domínio?*

AO: A renovação historiográfica dos anos 80 do século XX deu uma prioridade ao poder, à história do poder, nomeadamente o poder político. Era esse poder político que estava visível na sociedade. E daí a necessidade de estudar o passado em busca de raízes ou de explicações. Naturalmente que esse estudo da história política, ainda hoje, continua a predominar. Fez-se de acordo com os novos modelos e, portanto, com novas aspirações, novas maneiras de fazer a História. É evidente que não são propriamente as batalhas ou os generais que se estudam, mas é a base social de toda a história administrativa e política que tem sido indagada. A renovação foi profunda e com grandes alcances. E há obras excelentes sobre essa matéria. Creio que, durante ainda bastante tempo mais, o tema da história política, nestes aspectos, vai ter continuidade. A história económica, que está ainda por fazer entre nós, começou-se por esboçar nos anos 60 e anteriores, com homens como Magalhães Godinho. Estou-me a referir, essencialmente, à história dos preços. Esta, contudo, parece ter parado nos anos 80, mas suponho que estamos na altura de reconsiderar a história económica em novos moldes e princípios. A história económica é um objectivo que, creio bem, devíamos ter em boa conta.

Como são os problemas da actualidade aqueles que, muitas vezes ou quase sempre, levam os historiadores a buscar os seus temas de investigação - ainda que nem sempre seja assim... - hoje em dia os historiadores ocupam-se de problemas candentes como seja o poder local e a história desse poder, o que constituiu um largo campo de trabalho. Por outro lado, em regime democrático surgem facilmente como temas de legitimação o estudo das repressões (religiosas, políticas...) ou de convivência tolerante (minorias, heterodoxias, facções...). A ideologia e a cultura projectam e cimentam a construção. As «modas» são expressões sintomáticas do que vai pela alma colectiva.

— *Tem-se vindo a privilegiar o domínio da História Moderna, a história “exterior” de Portugal, do “império”, da presença portuguesa no Brasil ou na Ásia em África. Mas o que há a fazer no campo*

da história “interna”, “continental”? Que zonas dessa história ainda necessitam dos seus historiadores?

AO: Uma das críticas que tem sido feita à historiografia portuguesa é a de que é uma historiografia não digo nacionalista, mas uma historiografia que visa sobretudo o estudo da Nação portuguesa. Em parte é verdade e não é verdade. E é verdade, por muitas razões, entre elas as condições em que os investigadores portugueses trabalham. Poucos são os investigadores portugueses que têm possibilidade – até porque são docentes (eu sou do tempo em que não havia dispensa de serviço docente para a preparação do doutoramento) – e disponibilidade para se deslocarem a países estrangeiros e estudarem, aí, determinados temas desses países. Portanto, o mais cómodo e o mais eficaz é, naturalmente, estudar os documentos que encontramos nos arquivos portugueses. Essa historiografia não é, no entanto, uma historiografia localizada. É uma historiografia que teve sempre presente as correntes fundamentais, porque ela está influenciada pela bibliografia que se encontra citada ou pelos estímulos que se recebem por outras vias. Não é, portanto, exacto dizer-se que é uma historiografia só do País. Devo acrescentar, no entanto, que tem sido um erro, que urge emendar, não se ter enveredado pela história comparada. Como já se dizia pelo menos no século XVII, só se conhece Portugal depois de passar os Pirinéus. Estamos habituados a escrever volumes monográficos e histórias monográficas em vez de sínteses maiores que abranjam, ao mesmo tempo, espaços muito maiores do que o de Portugal. A história da Inquisição é um dos exemplos do que já foi feito e há outros em curso. Temos aqui uma nova história a fazer, e quanto antes. Todos os temas são válidos desde que respondam às ansiedades do presente. Voltamos, assim, ao princípio desta conversa. Deixe-me que lhe diga, no entanto, que a história do ultramar, vista como «exterior» da história de Portugal é um erro profundo. Uma coisa são as histórias locais e regionais, que forçosamente se irão autonomamente desenvolver, outra é a história de Portugal, que desde os princípios do século XV aos finais do século XX se unia pelo mar, primeiro fecha-

do e depois internacionalmente aberto. É preciso que os historiadores se não esqueçam disso.

– Ultrapassada a “euforia” nacional em torno das Comemorações sobre os Descobrimentos, que projecção se pode vislumbrar para a História em Portugal no futuro imediato?

AO: A História, por definição, nunca morre, porque a História é o passado. Sem o conhecimento do passado não é possível traçar o futuro e é na busca desse futuro que temos de conjugar o presente e o passado. Os historiadores podem estar descansados que continuarão a ter os seus leitores e tantos mais quanto adaptarem as suas obras a grandes públicos. Portanto, a História vai, naturalmente, continuar a impor-se, como sempre se impôs. Como sabe, aos príncipes recomendava-se que soubessem história e, creio, que hoje não há nenhum governante que possa dizer que a não conhece. Sem esses conhecimentos não podem projectar nada. Não é a gestão do presente que é difícil. O que é difícil é pensar o futuro, como a actual situação política mostra. O poder terá tanto maior poder quanto mais anunciar o futuro. O que tem força não é a coacção, mas sim o que se promete, o que se interioriza, o que está de acordo connosco e pelo qual se é capaz de lutar. A força dos descobrimentos e da sua história é a história da nossa força. Mal estaríamos nós se nos julgássemos renascidos. O passado é braseiro, não são cinzas, e é no fogo e na água que a vida se tempera. As comemorações são necessárias, sê-lo-ão sempre como espelhos do presente e de imagens de alguns presentes. A história do ultramar é, e continuará a ser, cada vez mais, História de Portugal, cujos 89 000 km² foram mais do que centuplicados. A projecção da historiografia portuguesa continuará a fazer-se, independentemente do espaço considerado. São as ideias e não os espaços que perduram, se impõem e se transmitem.

– A história local ganhou importância, se é que não a teve sem-

pre... Não há, praticamente, docente universitário desta área que não tenha feito ou faça frequentemente história local. A história tal e qual se faz terá necessidade de uma permanente “localização”?

AO: A história local, por definição, como toda a outra história, requer um espaço e esse espaço pode ser mais alargado ou mais reduzido.

Há que distinguir entre a história local que hoje se faz e a história local que se fazia nos anos cinquenta do século XX ou mesmo depois. É exactamente com a introdução de novas cadeiras nas Universidades, com o estudo de novos espaços que, tanto em História como noutras ciências, se alargaram os horizontes e, portanto, de uma história local de espaço muito reduzido se passou para um mais alargado, inclusive para uma região ou para uma zona maior. De qualquer modo, há sempre um espaço e esse espaço pode ser perfeitamente o local. Os estudos de história local estão cada vez mais solicitados, exactamente, pelo poder local. Mas pode, e deve-se, fazer também uma história local comparada, o que implica, sem contradição, largos espaços.

– As práticas de investigação têm-se vindo a alterar substancialmente. A renovação de arquivos e bibliotecas afastou o historiador do documento, criando barreiras de acesso e soluções de substituição dos espécimes por fac-símiles. Considera isso inevitável, uma prática desejável ou, no caso português, uma prática e um uso que se vêm verificando pouco esclarecidos? Exorbita-se hoje, nos nossos arquivos, um indesejável poder tecnocrático?

AO: Os investigadores portugueses quando trabalham em instituições portuguesas, e falo apenas por mim, costumam ter muitas dificuldades. Creio que têm menos dificuldades os investigadores estrangeiros. No estrangeiro, não tenho tido dificuldades nenhuma, ou quase nenhuma. Em Portugal, muitas. Mas essas dificuldades resultam de uma burocracia inventada mais para criá-las do que para evitá-las, mais para entrar a

consulta do que para proteger um património documental. Eu suponho que as instituições, para além de fortalezas-guardiãs de património cultural, deviam ter as portas mais franqueadas, colocando mais facilmente à disposição do leitor as fontes que detêm.

Hoje não se torna necessário, na maior parte dos casos, ter acesso aos originais. Boas reproduções de documentos são perfeitamente aceitáveis para uma primeira investigação, havendo só em certos casos a necessidade de recorrer ao original, excepto em especialidades como a sua. Que conservem bem os originais e que nos facultem uma boa reprodução. O problema reside no suporte da reprodução e nos recursos tecnológicos da sua leitura. Recentemente, entre deteriorar ainda mais os meus olhos e não realizar certa investigação, optei por esta, dado que os leitores dos microfímes que me foram colocados à disposição não me ofereciam outra alternativa. Neste domínio há muitas dificuldades, não apenas tecnológicas, que embaraçam o investigador. Hoje em dia, deveríamos ter possibilidade de aceder, em qualquer computador, aos documentos públicos de que necessitamos. A carência de dinheiro (o leitor é hoje também um financiador) costuma apenas ser, em muitos casos, a cobertura de uma falta de capacidade e vontade de construir um futuro menos penoso à actividade do investigador em História. Investigar requer muita paciência e muita persistência. Atitudes que têm de ser reforçadas quando se entra em alguns santuários burocráticos, carentes de adoração.

– Como estão os incentivos à investigação histórica em Portugal? Faltam estímulos? Faltam editoras? A Universidade distancia-se da realidade? A Universidade portuguesa tem algo a dar à Europa e ao mundo em termos de valores, de saberes, ou será apenas um complemento directo das atitudes universitárias de outros países e tradições culturais de ensino superior?

AO: A Universidade portuguesa tem capacidades originais para competir em qualquer parte do mundo e suponho que em qualquer tipo de

ciência e, sem dúvida, que isso sucede no domínio da História, menos dependente da tecnologia. Não se trata de uma questão de pessoas, porque conhecemos muitos portugueses que estão no estrangeiro e sabemos o trabalho que fazem, bem como a obra que cada um de nós realiza aqui. O que se verifica, entre outras coisas, é que temos menos produtividade. Mas essa menor produtividade começa por ser culpa da não organização (desburocratizada) da investigação. A que preço, por exemplo, ficam as fotocópias que um professor catedrático tem ele próprio de fazer? Quantas horas, dias ou meses pode levar a localização de uma obra ou a simples verificação de um dado que colaboradores poderiam efectuar?

Na questão do financiamento da investigação, há que distinguir entre a Universidade e outras entidades. No que diz respeito à Universidade (pelo menos em Coimbra), esse financiamento é, não digo nulo, mas praticamente inexistente. Poderá existir, e certamente existe, poderá ser canalizado para outros ramos de ciência, mas não para a História. Não existem nem financiamentos, nem as estruturas adequadas. É preciso ver que a Universidade exige aos seus docentes investigação, a qual consta dos estatutos da Universidade. Há pouco referimos que o professor deve ser ao mesmo tempo um investigador. A Universidade exige, e bem, que o professor preste provas, diversas provas ao longo dos anos da sua carreira, todas elas aferidas fundamentalmente, entre outras vias, pela investigação que faz. Mas, ao mesmo tempo que exige investigação, nem sempre dá ao docente as condições mais adequadas para realizá-la. E daí que os próprios investigadores, por si só, tenham de tratar de as obter, normalmente recorrendo a instituições do estado ou particulares.

No que diz respeito ao nosso grupo de História, na parte que conheço, desde há anos que tem sido financiado através de unidades de investigação apoiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, o que deverá continuar, presume-se, por mais alguns anos. Mas é preciso ter em conta que concorremos, que fizemos um concurso, que ganhámos esse concurso, que somos periodicamente avaliados por comissões externas. É o nosso esforço e iniciativas pessoais que nos garante a permanência nos diver-

sos financiamentos estatais, não é a Universidade que por si subsidia os que merecem e, naturalmente, avalia a investigação. Só avalia a investigação em provas académicas, como se os meios para investigar não lhes dissesse respeito.

Daí que também, não tenha havido – começa só agora a aparecer –, uma editora da Universidade (de Coimbra), não obstante o seu brilhante passado, que já não conheci. Não sei porque só agora, e parece que sem primazia para a investigação, surge uma editora que divulgue a produção científica universitária, ao contrário de outras Escolas. Nunca editei obra nenhuma, com excepção das sínteses encomendadas, que não tivesse de andar a pedir. Mas tudo acaba bem, porque os livros e artigos sempre vão aparecendo, o que significa que vivemos num país permanentemente encantado.

O mercado para certas obras históricas é escasso, o que dificulta e encarece o volume publicado em virtude da pequena tiragem, costumadamente uns mil exemplares. Mas bem sabemos que já houve conjunturas recentes que permitiram 60 a 80 mil exemplares.

– *Que projectos tem em mãos, se os pode revelar, no domínio da investigação? O que quer fazer ou publicar no futuro que se prefigura? O que faz falta investigar e escrever na história de Portugal?*

AO: Há essencialmente três coisas que gostaria de fazer. Uma é obrigatória. Concluir a coordenação e redacção de parte de um volume da Nova História de Portugal. Em segundo lugar, continuar com os estudos sobre o século XVII, voltados para a história da opinião pública e da oposição política, cuja documentação está recolhida. E, em terceiro lugar, gostaria de retomar um desejo de juventude, nomeadamente republicar alguns trechos literários com que comecei, muito antes dos 20 anos, e concluir outros.

O que no momento mais faz falta, sob o ponto de vista historiográfico, é

a história comparada. Começar pelo poder local, em tempo de globalização, e ver como na Europa (e no mundo) as comunidades se governam ou governaram, poderia ser um bom passo para apreendermos o que somos e o que poderemos vir a ser.

– Como Historiador, e lembrando um velho mote que refere a utilidade da História para, estudando o passado, compreender o presente e acautelar o porvir, que século XXI entrevê para os destinos da nação portuguesa enquanto entidade histórica: uma diluição no todo “imperial” europeu, uma mais próxima “iberização”, o reencontro com uma história atlântica no sentido de fuga à Europa e de intensa universalização do ser português? O incentivo do inter-relacionamento com os espaços de língua oficial portuguesa? Que optimismo pode um Historiador entrever no futuro deste País?

AO: Fanimor, profeta do já feito no império de Clarimundo, ajudou o quinhentista João de Barros a projectar o futuro de Portugal. A mim, nem Cassandra nem Sibilas me podem valer, embora as minhas profecias, ao longo da carreira universitária, tenham sido como as de Cassandra, em quem os homens não acreditaram, por imposição de Zeus, mas que sempre se cumpriram. Para mal deles.

A pergunta que coloca é das mais cruciais. Que pragmatismo pode ter o conhecimento histórico? A história é mesmo a Mestra da Vida? Claro que é, a nível geracional e individual, dado que o saber adquirido ainda se não transmite geneticamente. De certo modo se passa o mesmo com as nações, embora alguns governantes não tenham propensão para abrir o livro da sua história.

Entre as profecias do já feito, está o desaparecimento das fronteiras entre pessoas dentro da União Europeia. Há muitas ideias antigas com que eu nasci e em que gerações foram educadas que, certamente, vão ser modificadas. Uma dessas ideias, que já está a alterar-se, é, com efeito, o das fronteiras nacionais, as quais se tornaram mais elásticas. Em certo

sentido, os entraves à circulação das pessoas e dos bens tende a desaparecer.

Com o desaparecimento destes limites, muita da mundividência se está a alterar, por mais que se transfira a noção de fronteira para outros domínios, como recentes obras e colóquios têm feito, retardando, modificando (ou reforçando?) os limites, noção fundamental na vivência do indivíduo e das nações.

Ao transformar a concepção do mundo europeu e da vida, a cuja cultura sempre pertencemos, ao integrarmo-nos em espaços mais vastos, poderemos bem reforçar o ideal do ego, renunciando de uma vez ao narcisismo da infância. Mas só muito lentamente será possível (senão impossível) construir outra identificação, assimilar os atributos de quem está mais longe. Apesar das novas comunicações e aprendizagens, seria necessário, para tal, mais do que tornarmo-nos nómadas. Não há nada que seja capaz de apagar a identidade, uma vez construída a identificação. Fenix, irmão ou pai de Europa amada por Zeus, era também o nome de uma ave que renascia das próprias cinzas. É bom que Europa não se esqueça disso, como permanentemente lhe estão a lembrar alguns dos seus filhos.

Não é possível, como nos ensinavam outrora, tomando como exemplo o tempo do ouro brasileiro, governar de costas voltadas para a Europa. Será melhor, por enquanto, continuar a olhar para os lados de Bruxelas.

A nova concepção do poder é o de uma concepção regional. As regiões, como os concelhos, têm de cooperar. A preservação do ambiente, dos recursos hídricos e energéticos pressupõem grandes espaços. Não é o mesmo ir à Nova Zelândia, por exemplo, buscar os kiwis que comemos ou à Andaluzia o melão e a uva que saboreamos... A globalização é uma coisa, a nova teoria económica é outra... O que se tornam necessárias são políticas em que os cidadãos cada vez mais participem na construção do seu bem-estar. Os espaços maiores em que se integram poderão ser secundários. A «iberização» e a «europeização» são fatalidades consumadas.

Naturalmente que os espaços não europeus e, nomeadamente, os de expressão de língua portuguesa, são espaços que têm de continuar a ser

trabalhados e com maior intensidade do que até aqui. Porque é nesses espaços que, ao fim e ao cabo, as nossas identidades também por lá andam. Esses espaços são os espaços de um novo futuro, para além dos da Europa.

As utopias são o futuro e o futuro somos nós que o construímos. Não digo, nem é possível, que essa história do futuro seja a de um “império” como o ideal do ego de um Padre António Vieira chegou a sonhar. Ninguém seriamente pensa nisso, mas tem sentido se os portugueses quisessem e lutarem por aqueles valores que, embora fazendo parte de uma determinada civilização, pertencem igualmente à sua história, como o da liberdade e dignidade do Homem, condições fundamentais de qualidade de vida. Se conseguirem lutar por estes desígnios, certamente que estão a lutar por «um grande império». Império adulto, de uma qualidade de vida cada vez maior. É preciso ir a Goa, mesmo que se chegue através de escalas de avião, para perguntar porquê? Alguns dirão que é o dinheiro que nos faz correr. Será talvez dele que nos teremos de defender, trabalhando e criando riqueza. Não conheço melhor optimismo, sustentador da paz e do bem-estar, que Sibila, não Cassandra, possa segredar a quem perscrutar a história de Portugal, embora as profecias, como convém, necessitem de ser convenientemente interpretadas. De certo que os jovens estudantes, como esses que tive à volta de uma mesa de trabalho, nos ajudarão a interpretar os oráculos das novas Pitonisas.

– Que outras questões gostaria que eu lhe tivesse feito e não fiz? Gostaria de expressar algum voto final?

AO: Creio que colocou as perguntas que deveria ter feito, até porque as pensou. Faço votos pela «Escola de Coimbra», pela maneira como trabalhamos. Somos capazes de trabalhar em grupo e individualmente, todos trabalhamos, sem excepção, da melhor maneira que somos capazes. E essa melhor maneira traduz-se, por onde comecei, por uma capacidade analítica, rigor, profundidade e responsabilidade. Isso, suponho, será uma

mais valia de Coimbra. Da Coimbra que até há pouco tempo era ainda a Coimbra quinhentista. Não é já uma Coimbra bucólica, mas é ainda uma Coimbra onde o professor universitário, e portanto os professores de História, se dedicam, de modo geral, à investigação e ao ensino em regime de exclusividade. Que a investigação chegue um dia à Universidade e que não sejam os investigadores, por si, a lutarem por condições para poderem trabalhar, procurando meios e estruturas de apoio.

Uma última palavra, para todos os meus alunos, e em especial para os alunos da avaliação contínua deste ano, sacrificados no altar da burocracia interna: obrigado pelo que me ensinaram.